

() Graduação (x) Pós-Graduação

**CRÍTICA À “OBJETIVIDADE” DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS
DE MAX WEBER**

**Julio Cezar dos Santos Silva
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
santosjuliocezars@gmail.com**

RESUMO

O presente trabalho pretende refletir sobre o texto ‘A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais’ de Max Weber. A crítica será elaborada a partir da oposição que o autor faz ao materialismo histórico marxista, onde se mostra aparentemente desentendido quanto as ideias suscitadas por Marx. Sem a intenção de qualificar em absoluto o tipo de ciência desenvolvida por Weber, este artigo procura retomar problemáticas já levantadas por outros autores marxistas a respeito da objeção weberiana ao materialismo histórico, assim como, reafirmar os pressupostos necessários para uma ciência que seja implicada pelo seu entorno social.

Palavras-chave: Max Weber; Objetividade; Conhecimento; Ciências Sociais; Materialismo Histórico.

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho pretende-se refletir sobre o texto ‘A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais’ de Max Weber. A crítica será elaborada a partir da oposição que o autor faz ao materialismo histórico marxista, onde se mostra aparentemente desentendido quanto as ideias suscitadas por Marx. Este artigo intenciona, portanto, questionar o caráter de cientificidade convenientemente elaborado por Weber para justificar suas abstrações das relações sociais que por definição são colocadas pelo autor como incontestáveis devido ao seu “rigor científico”, “objetividade” e “neutralidade” autossustentadas. Ao investigar esses valores fixados por Weber poder-se-á perceber de onde é que surge essa urgência pelo afastamento do materialismo histórico e a recusa a reconhecer o âmbito econômico como base primacial da vida. Bem como, objetar-se-á a noção de racionalidade anunciada pela ciência weberiana, que se perde na mesma medida em que o autor libera as significações sociais rumo ao profuso e infundo tumulto dos juízos de valor individuais. Para contribuir com determinado fim, ao longo do texto serão distribuídas perguntas retóricas que buscam incutir no leitor as reflexões desejadas a respeito das pressuposições weberianas. Sem a intenção de qualificar em absoluto o tipo de ciência desenvolvida por Weber, este artigo procura retomar problemáticas já levantadas por outros autores marxistas a respeito da objeção weberiana ao materialismo histórico, assim como, reafirmar os pressupostos necessários para uma ciência que seja implicada pelo seu entorno social.

2. ANÁLISE DA OBRA

Em seu texto ‘A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais’ de 1904 Weber apresenta as estruturas que segundo ele seriam as mais adequadas para a consumação do fazer científico. O autor expressa suas concepções na forma de um ditame que ilumina o caminho das pedras da prática científica, ao mesmo tempo que alerta para o risco das falsas superfícies onde os pesquisadores não devem nunca se apoiar. É inegável o valor das contribuições de Weber para o pensamento sociológico, assim como, para a legitimação das “Ciências da Cultura”, como enunciado pelo próprio, através da sua incansável missão de determinar métodos e pressupostos epistemológicos que pudessem caracterizar universalmente a Sociologia enquanto ciência. Porém pretende-se neste artigo, refletir criticamente sobre as conjecturas de Weber a respeito da sua noção de objetividade nas Ciências Sociais.

Um dos pontos principais da crítica aqui pretendida é a oposição clara que Weber faz ao

materialismo histórico como método de apreensão da realidade cuja abrangência seria ínfima, ou pelo menos não suficiente enquanto forma de explicação do mundo.

Atualmente, a chamada “concepção materialista da História”, segundo, por exemplo, o antigo sentido genial-primitivo do Manifesto Comunista, talvez apenas subsista nas mentes de leigos ou diletantes. Entre esses, com efeito, encontra-se ainda muito difundido o singular fenômeno de que a sua necessidade de explicação causal de um fenômeno histórico não fica satisfeita, enquanto não se demonstre (mesmo que só na aparência) a intervenção de causas econômicas. Feito isso, eles passam a contentar-se com as hipóteses mais frágeis e as formulações mais genéricas, pois já se deu satisfação à sua necessidade dogmática segundo a qual as “forças” econômicas são as únicas causas “autênticas”, “verdadeiras” e “sempre determinantes em última instância”. (WEBER, 2003 p. 84)

Weber coloca a dimensão econômica da vida, aquela tida por Marx como primado da existência humana, apenas como um dos aspectos que determinam a ordem das complexas relações sociais. Esse emaranhado de forças e energias que conflituam, mas que também colaboram entre si se encerram em Weber na concepção de Cultura, o objeto da ciência por ele evocada, as relações humanas, portanto se (re)configuram infinitamente nesse complexo cultural, cujas potências e comportamentos ultrapassariam imensamente a pequena área abrangida pela esfera econômica. Porém, ao compreender o aspecto econômico, material da vida, como esse contínuo exercício de garantir a continuidade da própria existência entendendo também as construções culturais como elaborações engenhosas que partem desse instinto primitivo e animalesco de sobrevivência, de onde é que surgem os poderes conjurados por Weber como condutores da vida social? Obviamente o autor não busca esclarecer as origens de suas abstrações no referido texto, cujo objetivo é assumidamente outro. Voltando ao homem em suas infindas posturas em relação a vida pode-se facilmente observar que a preservação à vida não é sempre o motor diretivo da sua atuação no mundo, em sua complexidade humana ele é constantemente afetado por influências de ordem emocional, espiritual, psíquica, mística, etc. E isso, incontestavelmente influi sobre o curso das (trans)formações culturais ao longo da história, contudo não seriam esses fenômenos passíveis de serem estudados e compreendidos por outras ciências que não as sociais? Se a concepção do universo social humano só se dá a partir das relações que este trava com outros seres humanos, não seriam as implicações econômicas característica fundamental se não primordial da construção dessas relações?

Finalmente, uma tentativa muito comum para manter apesar de tudo o significado preponderante da economia consiste em interpretar as constantes cooperações e interações dos diferentes elementos da vida cultural como dependendo causal ou

funcionalmente uns dos outros, ou melhor ainda, de um único elemento: o econômico. Deste modo, quando uma determinada instituição não econômica realizou também, historicamente, uma determinada “função” ao serviço de quaisquer interesses econômicos de classe — isto é, quando se converteu em instrumento desta, como no caso de determinadas instituições religiosas, que se deixam utilizar como “polícia negra” —, essa instituição é apresentada como expressamente criada para tal função, ou, em sentido completamente metafísico, como tendo sido moldada por uma “tendência de desenvolvimento” de caráter econômico. (WEBER, 2003, p. 86)

Ao abandonar a visão das forças econômicas enquanto titeriteiro das modulações sociais, como sugerido por Weber, automaticamente substitui-se esse personagem por outra construção de ordem metafísica que busque desnudar a nascente do fluxo dos pensamentos e comportamentos coletivos da humanidade. Tomando a religião como exemplo, se afastarmos delas aquelas motivações de ordem material, nada sobra de concreto que justifique a sua constituição, ela torna-se fruto da vontade do Espírito humano de alcançar comunhão com o divino e que convulsionando-se entre a razão e o mistério cria estruturas racionais de emulação desse sentimento através de ritos. Ainda assim, passados os primeiros calores da imaginada conexão espiritual, a estrutura religiosa passa a servir ou a servir-se dos elementos da vida econômica, sucumbindo indubitavelmente à imbatível força do mundo material. Portanto mesmo que determinada instituição não tenha sido criada como via de realização à objetivos econômicos, ela sempre se verá afetada e por muitas vezes até determinada por esses interesses. Da mesma forma que um peixe que trava infindáveis interações em sua vida aquática não pode em hipótese alguma ver-se fora da água, a atmosfera que o cerca e que garante a sua própria vida é a que define os moldes da sua atuação no mundo. E a atmosfera que cerca a vida social é a econômica. Um homem só pode erigir estruturas a partir de um solo onde estão plantados seus pés, um solo que possibilite a existência da sua vida orgânica e onde possa repousar as suas aspirações divinas.

Apesar de apontar a compreensão da realidade como objeto final dos esforços empreendidos pelas Ciências Sociais, Weber ignora os processos históricos, ou pelo menos busca uma historicidade que esteja alheia ao movimento material do mundo, para conceber construções ectoplasmáticas que não se permitem à pega, ou a um entendimento mais claro e objetivo. Críticos, como Lukács (1958) e Mészáros (1989), afirmaram ser essa uma ação propositada do autor na intenção de esquivar-se do confronto inevitável com as características aviltantes do capitalismo em relação ao trabalho e o reconhecimento deste último enquanto força motriz da História.

A ciência social que nós pretendemos praticar é uma ciência da realidade. Procuramos

compreender a realidade da vida que nos rodeia e na qual nos encontramos situados naquilo que tem de específico; por um lado, as conexões e a significação cultural das suas diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo. (WEBER, 2003, p. 88)

A “significação cultural” anunciada por Weber esvai-se no ar como fumaça se não aprisionada em um recipiente material, esse recipiente toma propriamente a forma das relações humanas, relações essas que como apontado por Marx, são condicionadas pelas condições da vida concreta.

Não se está dizendo aqui que Weber não reconhecesse que a realidade assumia esse papel preponderante para a observação, estudo e construção do conhecimento. O que se está afirmando (e criticando) é a sua recusa em assumir, como afirmado por Ghezzy, que “quanto mais universal e mais amplo o significado cultural do problema em questão, maior será o papel dos interesses de classe, das cosmovisões, da fé e das ideias éticas pessoais, uma vez que as respostas à problemática suscitada não poderão ser extraídas do conhecimento empírico acumulado” (2003, p. 184). Mesmo quando assume categorias mais generalizantes para a explicação do mundo social, Weber pressupõe arbitrariamente que toda e qualquer articulação desse tipo é fruto apenas de uma concepção individualizante do mundo e que suas premissas não possam ser aplicadas universalmente sem que assumam a forma de meia-verdade. Segundo ele:

- a) porque o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza para esse efeito, e
- b) porque nenhum conhecimento dos acontecimentos culturais poderá ser concebido senão com base na significação que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações singulares. (WEBER, 2003, p. 96)

Porém “como conciliar, seguindo a lógica do pensamento weberiano, dois extremos aparentemente irreconciliáveis, quais sejam, o conhecimento científico e as cosmovisões pessoais? ” (GHEZZY, 2003, p. 185). Ao declarar a impossibilidade de assimilação de uma verdade total sobre a realidade, Weber abre espaço para um subjetivismo perigoso, que terminaria por associar o seu método, especialmente a construção de tipos ideais, ao irracionalismo (LUKÁCS, 1955)¹. Se a compreensão da realidade estará sempre condicionada à subjetividade e ao individualismo, torna-se possível criar representações imateriais que

¹ LUKÁCS, György. Max Weber e a Sociologia Alemã. marxists.org, 2020. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1955/08/90.htm#topp>. Acesso em: 19 de jul. de 2022.

desvinculadas do real necessitam apenas projetar diferentes (ou até mesmo unívocas) concepções sobre a realidade. E assim o fez Weber, para quem “[...] o decisivo são as ideias de valor, prisma sob o qual consideramos a “cultura” em cada caso. A “cultura” é um segmento finito do decurso infinito e destituído de sentido próprio do mundo, a que o pensamento conferiu — do ponto de vista do homem — um sentido e uma significação.” (WEBER, 2003, p. 96) A partir dessa premissa o autor continua seu ataque ao materialismo histórico, cuja compreensão de mundo não faz parte de sua perspectiva axiológica e, portanto, não pode ser considerado um conhecimento científico objetivo, estando mais próximo de um mero julgamento de valor.

Disso resulta que todo o conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares. Quando exigimos do historiador ou do sociólogo a premissa elementar de saber distinguir entre o essencial e o secundário, de possuir para esse fim os “pontos de vista” necessários, queremos unicamente dizer que ele deverá saber referir — consciente ou inconscientemente — os elementos da realidade a “valores culturais” universais e destacar aquelas conexões que para nós se revistam de significado. E se é frequente a opinião de que tais pontos de vista poderão ser “deduzidos da própria matéria”, isto apenas se deve à ingênua ilusão do especialista que não se dá conta de que — desde o início e em virtude das ideias de valor com que inconscientemente abordou o tema — destacou da imensidade absoluta um fragmento ínfimo, e particularmente aquele cujo exame lhe importa. (WEBER, 2003, p. 97)

Porém não é verdade que Weber julga valorativamente as ideias marxistas justamente por essas não comportarem sua própria visão de mundo? E também não é verdade que as escolhas metodológicas realizadas por Weber buscam reiteradamente afirmar os seus próprios valores como universais principalmente no que tange ao fazer científico? Outro aspecto importante da crítica weberiana ao marxismo, ainda que velada, é a ideia de que as construções teóricas associadas ao materialismo histórico estavam condicionadas ao movimento cultural de uma época em específico. Em outras palavras, o “julgamento de valor subjetivo” criado pela teoria marxista só se realiza em face ao surgimento do capitalismo moderno, enquanto juízo de valor daquela determinada época.

É indubitável que as ideias de valor são “subjetivas”. Entre o interesse pela evolução dos maiores fenômenos imagináveis, que durante largas épocas foram e continuam a ser comuns a uma nação ou a toda a humanidade, existe uma escala infinita de “significações”, cujos graus se apresentarão, para cada um de nós, numa ordem diferente. E naturalmente esta ordem também varia historicamente de acordo com o caráter da cultura e do pensamento que domina os homens. (WEBER, 2003, p. 99)

A afirmação sobre a interdependência entre a teoria marxista e o desenvolvimento do capitalismo não deixa de representar uma realidade, visto que, como apontado pelo próprio

Marx, a ciência somente se desenvolve a partir da industrialização e da criação de novos meios de produção. Porém a indicação de temporalidade condicionante é falsa, uma vez que, o próprio Weber em outras produções, como “A gênese do capitalismo moderno” (1918-1920) e “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (1904-1905), constata a existência das ideias capitalistas em períodos em que o Espírito dos homens se encontrava animado por outras formas de estruturação da vida social. A diferença crucial entre os dois autores nessa cruzada rumo as entranhas do capitalismo se dá a partir do método, enquanto Marx escrutina sem nenhuma aversão os elementos históricos relacionados ao desenvolvimento do Capital, Weber trabalha a partir de “tipos ideais” e, como já dito neste artigo, voluntariamente escamoteia através dessas abstrações as características mais perversas do violento processo relacionado ao avanço do Capital.

Além disso, pode-se tentar delinear uma sociedade na qual os ramos da atividade econômica e mesmo a atividade intelectual se encontrem dominados por máximas que nos parecem ser aplicações do mesmo princípio que caracteriza o “artesanato” elevado ao nível de tipo ideal. E a esse tipo ideal do artesanato pode ainda opor-se, por antítese, um tipo ideal correspondente a uma estrutura capitalista da indústria, obtido a partir da abstração de determinados traços da grande indústria moderna para, com base nisso, tentar-se traçar a utopia de uma cultura “capitalista”, isto é, dominada unicamente pelo interesse de valorização dos capitais privados. Ela acentuaria diferentes traços difusos da vida cultural, material e espiritual moderna, e os reuniria num quadro ideal não contraditório para efeitos da nossa investigação. Este quadro constituiria então uma tentativa de traçar uma “ideia” da cultura capitalista [...] (WEBER, 2003, p. 106-107)

Weber reafirma constantemente que o quadro histórico descrito por Marx não pode ser tomado como a realidade em si e que o “tipo ideal” por ele construído estaria associado as ideias gerais e coletivas recorrentes em determinada época, “Em primeiro lugar, a circunstância de que entre a “ideia”, no sentido de tendência do pensamento prático e teórico de uma época, e a “ideia”, no sentido de tipo ideal desta época, por nós construído como meio conceitual auxiliar, existem por via de regra determinadas relações.”(WEBER, 2003, p. 110) Dessa forma o autor se recusa a incorporar as categorias formuladas por Marx, como o “trabalho”, o “mais-valor”, “exploração”, etc. Pois para Weber essas categorias fazem parte de uma perspectiva particular, e não generalizada, em relação ao capitalismo, portanto, não podem ser entendidas como forças reais que impulsionam os acontecimentos da vida material. O esforço de Weber na tentativa de alcançar uma suposta “neutralidade” através do “rigor científico” o leva a obliterar de suas vistas os ângulos mais óbvios e contundentes da vida real, é nesse sentido que se torna necessária sua invenção de “tipos ideais”, somente ao matizar a realidade material com tons de

pretensa objetividade é que pode se manter “isento” e desobrigado de tomar um posicionamento. A esse respeito, István Mészáros discorre em seu livro “O Poder da Ideologia”, publicado em 1996, especialmente nas páginas dedicadas “À Natureza da Ideologia”, o autor rechaça completamente a ideia de neutralidade no campo científico, demonstrando como esse pressuposto é na verdade apenas um dos aspectos da dominação ideológica burguesa. Para Mészáros, a recorrência de alguns autores a essas falaciosas premissas só serviriam para descredibilizar as obras de pensadores que se comprometem com a práxis política, como o próprio Marx. É significativo aqui esclarecer

[...] que o pensamento marxiano não é um sistema fechado, sagrado, que não possa ser modificado, retrabalhado, inclusive, a partir de categorias externas que se mostrem razoáveis. A problemática está precisamente na razoabilidade das categorias enquanto “Daseinsformen, Existenzbestimmungen”, da forma como colocou Marx (1983, p. 40); está, da mesma forma, no seu acerto de contas com as relações sociais as quais tais categorias expressam enquanto abstrações razoáveis, relações efetivamente existentes sob a superfície da ampla produção-reprodução social (PAÇO-CUNHA, 2011, p. 61).

Porém muitos autores externos ao marxismo estabelecem os conceitos de “neutralidade” e “objetividade científica” como concepções livres de ideologia, representantes da unidade e da universalidade de pontos de vista, quando na verdade a adoção dessas ideias retrata a admissão da perspectiva burguesa como sendo a única digna de legitimidade, excluindo completamente a visão da luta de classes, consumando assim o seu modelo de dominação.

Na mesma medida em que não admite a polarização existente no mundo, Weber não permite que as proposições marxianas tomem a condição de verdade, enquadrando-as sistematicamente como uma elaboração de “tipo ideal”:

[...] as “leis” e construções do desenvolvimento histórico especificamente marxistas naturalmente possuem um caráter de tipo ideal, na medida em que sejam teoricamente corretas. Quem quer que tenha trabalhado com os conceitos marxistas, conhece a eminente e inigualável importância heurística destes tipos ideais, quando utilizados para os comparar com a realidade, mas conhece igualmente o seu perigo, logo que são apresentados como construções com validade empírica ou até mesmo como tendências ou “forças ativas” reais (o que, na verdade, significa metafísicas). (WEBER, 2003, p. 118-119)

Weber então toma as ideias de Marx exatamente por aquilo que as mesmas nunca pretenderam ser, pelo contrário, o materialismo histórico desenvolvido por Marx busca na realidade material os caminhos que o leva à uma compreensão ampla da vida, partindo do particular para o geral e repelindo veementemente as “construções metafísicas” comumente utilizadas por pensadores da sua época e por aqueles de sua própria formação intelectual como

os neo-hegelianos, cuja concepção histórica da existência humana partia de ficções projetadas ao longe, das quais uma infatigável perseguição colocaria todos os homens em movimento.

3. CONCLUSÕES

A partir da reflexão pretendida neste artigo conseguimos perceber ao longo do texto de Weber de onde partem os seus princípios mais íntimos em sua construção de “objetividade”, bem como, as razões implícitas em suas críticas ao materialismo histórico. Weber precisa reafirmar (talvez para si mesmo) uma visão de mundo “limpa”, onde as categorias científicas descrevam de forma pragmática e “imparcial” os elementos da vida social, uma ciência que analisa e classifica a realidade alicerçada em uma torre que não toca o chão, porém uma ciência que observa de perto as mazelas da humanidade e não as pode condenar é uma ciência impossibilitada (talvez propositadamente) de intervir, eternamente passiva, servil e complacente aos interesses da dominação.

É importante entender que os objetivos de Weber em ‘A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais’ foi o de estabelecer as normas de uma ciência que sempre esteve em vias de se legitimar, Weber se preocupava essencialmente aqui com a validade imputada ao conhecimento produzido pelas Ciências Sociais;

Com os meios da nossa ciência, nada poderemos oferecer àquele que considere que essa verdade não tem valor, dado que a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas culturas, e não um dado da natureza. Mas o certo é que buscará em vão outra verdade que substitua a Ciência naquilo que somente ela pode fornecer, isto é, conceitos e juízos que não constituem a realidade empírica nem podem reproduzi-la, mas que permitem ordená-la pelo pensamento de modo válido. (WEBER, 2003, p. 126)

Sua contribuição nesse texto tem (entre vários outros) o crédito das boas intenções, no entanto, sua obra permite entrever, na fenda profunda existente em todo exercício de construção do pensamento humano, uma série de contradições epistemológicas, políticas e racionais, como pode ser constatado no trecho a seguir:

[...] “objetividade” do conhecimento no campo das ciências sociais depende antes do fato de o empiricamente dado estar constantemente orientado por ideias de valor que são as únicas a conferir-lhe valor de conhecimento, e ainda que a significação desta objetividade apenas se compreenda a partir de tais ideias de valor, não se trata de converter isso em pedestal de uma prova empiricamente impossível da sua validade. E a crença — que todos nós alimentamos sob uma forma ou outra — na validade suprema empírica de ideias de valor últimas e supremas, em que fundamentamos o sentido da nossa existência, não exclui, antes pelo contrário inclui, a variabilidade incessante dos pontos de vista concretos a partir dos quais a realidade empírica adquire

significado. A realidade irracional da vida e o seu conteúdo de significações possíveis são inesgotáveis, e também a configuração concreta das relações valorativas mantém-se flutuante, submetida às variações do obscuro futuro da cultura humana. A luz propagada por essas ideias de valor supremas ilumina, de cada vez, uma parte finita e continuamente modificada do caótico curso de eventos que flui através do tempo. (WEBER, 2003, p. 126)

Isso não significaria em nenhuma hipótese desconsiderar o decisivo papel desempenhado por este importante pensador no avanço das Ciências Sociais e do próprio conhecimento da humanidade. Pelo contrário, a intenção deste trabalho é galgar os degraus erigidos por este grande mentor com o objetivo de seguir desnudando os caminhos impostos pela trajetória humana a fim de enfrentar os desafios colocados para a construção de uma ciência honesta e comprometida.

REFERÊNCIAS

COSTA, Jean Henrique. Max Weber e a objetividade do conhecimento nas ciências da cultura: um breve guia para o texto A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política (1904). *Revista Espaço Acadêmico*, Nº 120, p. 175 a 185, mai. de 2011.

GHEZZY, Daniela Ribas. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais segundo Max Weber. *Temáticas*, Campinas, 11(21/22): p. 179-202, jan./dez. 2003.

LUKÁCS, György. Max Weber e a Sociologia Alemã. marxists.org, 2020. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1955/08/90.htm#topp>. Acesso em: 19 de jul. de 2022.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996.

NASCIMENTO, G. G. do; AIRES, J. D. M. O sentido da objetividade do conhecimento nas ciências sociais para Max Weber. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano 7, ed. 15, p. 24 a 34, jan./abr. 2013.

PAÇO-CUNHA, Elcemir. (Auto)Crítica do marxismo weberiano: de Lukács a Mészáros. *Verinotio – Revista on-line de filosofia e ciências humanas*, Espaço de interlocução em ciências humanas, n. 13, Ano VII, p. 58 a 67, abr. de 2011.

WEBER, Max. A “objetividade do conhecimento” nas Ciências Sociais. In: Max Weber *Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 2003.